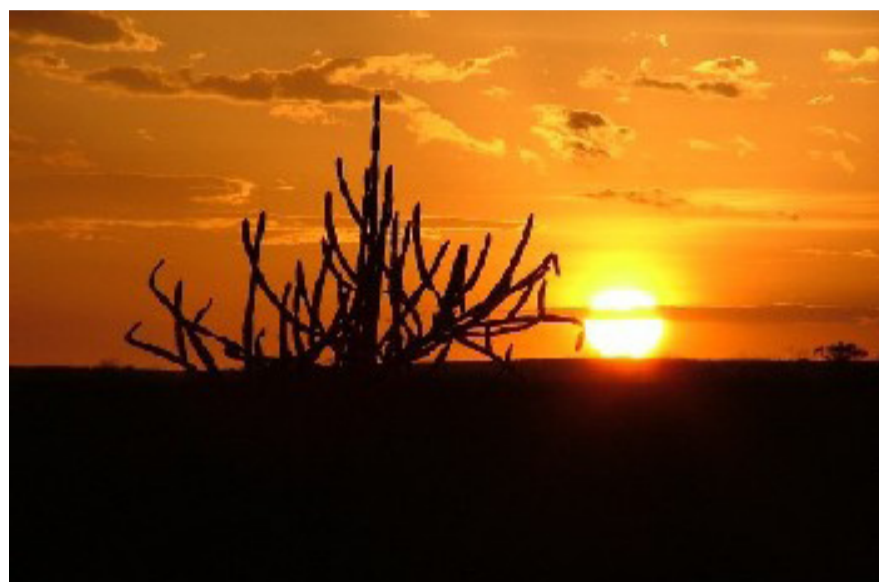


Inventário irá atualizar situação da caatinga

A pesar de estar em evidência, junto com outras vegetações de terras áridas do mundo, por causa do aquecimento global, a caatinga nordestina – a cearense incluída – não tem sido devidamente acompanhada por órgãos florestais. O último levantamento da região feito pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), para se ter ideia, foi feito no início da década de 1990. A situação atual do ecossistema, em relação a parâmetros como desmatamento, desertificação e cobertura de mata nativa, não é conhecida.

Apesar de estar em evidência, junto com outras vegetações de terras áridas do mundo, por causa do aquecimento global, a caatinga nordestina – a cearense incluída – não tem sido devidamente acompanhada por órgãos florestais. O último levantamento da região feito pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), para se ter ideia, foi feito no início da década de 1990. A situação atual do ecossistema, em relação a parâmetros como desmatamento, desertificação e cobertura de mata nativa, não é conhecida. *Da Agência Funcap. Por Sílvio Mauro.*



Para amenizar o problema, o SFB está implantando o projeto Inventário Florestal Nacional (IFN). Uma equipe da instituição veio a Fortaleza, no mês passado, apresentar a iniciativa na sede da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace), e procurar apoio. Segundo Newton Barcelos, chefe da unidade regional do Nordeste do SFB, todas as unidades de federação brasileiras estão sendo visitadas para o estabelecimento de parcerias com os governos estaduais.

Alguns estados já estão trabalhando na implementação do

inventário. Santa Catarina já concluiu. Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estão implantando e o Distrito Federal vai começar esse mês. Na região Nordeste, o único que já firmou acordo com o SFB foi Sergipe. Newton explica que isso se deu, principalmente, por causa da sua pequena área (pouco mais de 21 mil km²), o que barateia os custos do inventário. Ele lembra que no Ceará, por exemplo, com mais 148 mil km², o valor total chegaria a aproximadamente dois milhões de reais.

O principal objetivo do IFN é produzir informações sobre os recursos florestais brasileiros que possam orientar a definição de políticas públicas de preservação. A metodologia do levantamento é baseada em amostragens sistemáticas. Grades regulares são colocadas a cada 20 quilômetros do território nacional. Nos pontos escolhidos, uma unidade amostral, com quatro subunidades de 20 metros por 50 metros, coletará as informações desejadas. Além disso, questionários são aplicados junto aos usuários dos recursos florestais.

De acordo com a Semace, o Inventário Florestal Nacional irá fornecer mapeamento da vegetação, medição e controle de qualidade do campo, levantamento socioeconômico e dados dos solos e da biodiversidade. Newton acrescenta que também será possível conhecer dados como extensão territorial das florestas remanescentes, seu estado fitossanitário (eventuais pragas ou doenças presentes no ecossistema), a quantidade de madeira por bioma e a possibilidade de uso sustentável dos recursos naturais. O objetivo é realizar o estudo a cada cinco anos. Ainda não há previsão de início no Ceará.

Apesar do pouco conhecimento que se tem da caatinga e do semiárido nordestino, Newton ressalta que já existe o mapeamento de áreas onde o problema da desertificação é mais crítico. Existem quatro núcleos, atualmente: os municípios de Seridó, no Rio Grande do Norte, Gilbués, no Piauí, Cabrobó, em Pernambuco e Irauçuba, no Ceará. Outros núcleos podem ter surgido (ou em processo de formação). Por isso, o representante do SFB destaca a importância do inventário. “O Brasil está devendo essa informação para o mundo todo”.

Planetário realiza atividades de divulgação científica

O planetário Rubens de Azevedo, instalação pertencente ao complexo do Centro Cultural Dragão do Mar, está realizando, esse mês e no próximo, um ciclo de palestras com o objetivo de divulgar a Astronomia. A programação, iniciada com exposição da professora Maria Elizabeth Zucolotto, do departamento de Geologia e Paleontologia do Museu Nacional, da UFRJ (que falou, na semana passada, sobre meteoritos, sondas espaciais e a formação do sistema solar) procura abordar temas que interessem não só estudantes e acadêmicos mas também o público leigo.

De acordo com o diretor do planetário, Dermeval Carneiro, como a Astronomia é uma ciência multidisciplinar, envolvendo conceitos de outras áreas como Matemática, Física e Biologia, parte do público é composta por professores, alunos e pesqui-

sadores ligados a esses temas. Ele esclarece, no entanto, que um dos principais objetivos da iniciativa é a divulgação científica para a sociedade. Por isso, a linguagem usada nas palestras é acessível para pessoas que não têm conhecimento técnico sobre Astronomia. “A frequência de público tem sido muito boa”, afirma.

Na sequência do ciclo de palestras, essa semana foi a vez de Alexandre Cherman, do planetário do Rio de Janeiro, falar sobre relatividade e a história do calendário. No próximo mês (dias 7 e 8), o professor Dennis Weaver fará palestra sobre astrofotografia digital.

Dermeval informa que o planetário tem uma programação periódica de divulgação científica. Para quem se interessar, mais informações pode ser obtidas pelo telefone 3488-8639 ou no endereço www.dragaodomar.org.br/planetario.

Projetos para promover integração entre indústria e SUS terão R\$ 10 milhões

O Ministério da Ciência e Tecnologia e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em parceria com o Ministério da Saúde lançam edital para selecionar projetos para a realização de pesquisa clínica com produtos estratégicos que propiciem maior integração entre a indústria nacional e o Sistema Único de Saúde (SUS).

“Com o lançamento desse edital espera-se promover vínculo entre a indústria nacional e centros de pesquisa brasileiros, no intuito de desenvolver pesquisa clínica com potencial de inovação no setor da saúde, objetivando também a redução da dependência brasileira por insumos estratégicos em saúde oriundos de indústrias estrangeiras”, afirma a gestora do Edital, Sara Campos.

O Edital apoiará duas linhas de pesquisa. A primeira abrange o Segmento Farmacêutico que visa a Destinação Terapêutica ou

Rota de Produção de Medicamento e/ou Fármaco; e a segunda linha, projetos de pesquisa no Segmento de Dispositivos médicos e Dispositivos em geral de apoio a saúde.

As propostas aprovadas serão financiadas no valor estimado de R\$ 10 milhões, sendo R\$ 5 milhões oriundos do Fundo Nacional de Saúde/Dicit/SCTIE/MS, e R\$ 5 milhões do FNDCT/Fundos Setoriais. Serão priorizados projetos de hospitais de ensino pertencentes à Rede Nacional de Pesquisa Clínica ou dos Centros de Referência do SUS (RNPC). Os projetos devem ter seu prazo máximo de execução estabelecido em 24 meses.

As propostas devem ser encaminhadas ao CNPq exclusivamente via Internet, por intermédio do Formulário de Propostas Online, disponível na Plataforma Carlos Chagas, até o dia 8 de novembro. Acesse na íntegra o [Edital](#).

Ecologia em pauta no CNPq

Com o objetivo de acompanhar e avaliar o desempenho das Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD), nesta quinta-feira, dia 30, foi realizada na sede do CNPq a abertura da reunião de acompanhamento do PELD. Durante dois dias, a reunião irá discutir as diretrizes e objetivos do PELD para os próximos 10 anos e ainda estabelecer bases de articulação entre os atuais Sítios de Pesquisa que compõem o Programa.

Criado em 1996, no âmbito do Programa Integrado de Ecologia (PIE), o programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração é uma iniciativa pioneira no sentido de obter informações relevantes para a Conservação da Biodiversidade e Uso Sustentável dos Recursos Naturais dos ecossistemas brasileiros. O programa tem como foco o estabelecimento de sítios de pesquisa permanentes em diversos biomas e ecossistemas brasileiros, integrados em rede para o desenvolvimento e o acompanhamento de pesquisas ecológicas de longa duração.

Atualmente, o PELD é composto por uma rede de 26 sítios de pesquisa distribuídos nos diversos Biomas brasileiros, com atuação marcante e reconhecida pela comunidade científica. Os projetos desenvolvidos pelos sítios são aprovados mediante Editais específicos, por um prazo de 10 anos, e devem passar anualmente por um processo de renovação. O Programa vem apresentando resultados relevantes em termos de envolvimento com as comunidades locais, com diversas experiências bem sucedidas abrangendo projetos de educação ambiental, parcerias com prefeituras e trabalho com populações localizadas no entorno de áreas de preservação ambiental.

Durante a abertura da reunião o diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do CNPq, José Oswaldo Siqueira, pontuou a importância do PELD para o CNPq, já que este além de ser extremamente relevante para a formação de recursos humanos e consolidação da pesquisa em Ecologia, se encontra também inserido no Plano Plurianual do Governo Federal, através da ação “Fomento a Pesquisa e ao Desenvolvimento sobre a Composição e a Dinâmica dos

Ecossistemas Brasileiros”, cuja responsabilidade de execução é do CNPq.

O diretor do CNPq afirmou a necessidade de ampliar os recursos na área da Ecologia pois, segundo ele, este conhecimento é fundamental para a sustentabilidade do país. “O programa PELD tem um papel essencial, pois além de ampliar o conhecimento técnico-científico sobre as interações entre a ciência, natureza e a sociedade fornece também subsídios para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da pesquisa ecológica no Brasil”, diz Siqueira.

De acordo ainda com Siqueira, o programa tem mostrado inúmeros resultados nestes últimos anos, tanto em recursos quanto conhecimento, mas é preciso fomentar ainda mais a estruturação de redes de informação, consolidar parcerias internas e externas permitindo a instalação de bancos de dados e sua integração em rede nacional, com vistas à inserção na Rede Internacional de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (ILTER).

Nesse sentido, buscando fortalecer a integração entre os grupos de pesquisas, será abordado também na reunião estratégias para a adequação e padronização de metodologias de coleta e armazenamento dos dados das pesquisas da Rede PELD, facilitando a troca de informações entre os sítios e ainda ações para a efetiva integração do PELD à ILTER.

Segundo a Coordenadora de Gestão de Ecossistemas do Ministério da Ciência e Tecnologia, Maria Luiza Braz Alves, “a reunião deverá ser muito produtiva não só para a organização do programa, mas também por permitir uma maior interação entre os coordenadores dos diversos sítios de pesquisas, trocando conhecimentos sobre a conservação e manejo da biodiversidade e processos ecológicos de longo prazo”.

A reunião contou ainda com a presença da Coordenadora Geral do Programa de Pesquisa em Ciências da Terra e Meio Ambiente, Eliana Fontes, membros da área técnica do CNPq e os representantes dos sítios de pesquisa. O encontro prossegue até amanhã avaliando o resultados dos primeiros 10 anos do PELD e suas futuras diretrizes. Ao final do evento será atualizado e aprovado um novo documento base, com ações e recomendações gerais da gestão do Programa.